

Índice

A família, na espiral do silêncio	1
Repensar a diversidade familiar	3

A família, na espiral do silêncio

A diversidade converteu-se numa aliada do relativismo em assuntos de família: para equiparar todos os estilos de vida, é preciso acabar com a ideia de uma melhor forma de família e conseguir que se fale muito da variedade de “modelos familiares”. Mesmo que esta seja mais limitada do que se pensa e embora concorra em recursos e estima social com aquilo que vive a maioria.

Desde há alguns anos, diz-se que estamos a assistir a uma revolução familiar. A família já não é uma instituição monolítica – com traços objetivos bem definidos –, mas uma realidade flexível onde há lugar para diferentes estilos de vida em comum.

Para os que pensam assim, a revolução consiste na equivalência de todas as formas de convivência e de sexualidade. Ainda é reconhecido o peso da família de base matrimonial, mas juntamente com esse modelo “tradicional”, colocam-se outros em condições de igualdade. Este é o substrato ideológico da [proposta de lei](#) de igualdade LGTBI que foi impulsorada em Espanha pela coligação Unidos Podemos (“El Sónar”, 6.6.2017) e admitida para processamento no Congresso dos Deputados em setembro. “Existem diferentes formas de amar e de relacionamento, e (...) todas elas são respeitáveis e igualmente válidas”, [explica](#) uma das promotoras da iniciativa.

Consequentemente, ninguém tem direito a afirmar a superioridade de um estilo de vida sobre outro. E mais: chega-se a afirmar que, se se desaprova o estilo de vida de uma pessoa,

está-se a rejeitar essa pessoa e, inclusivamente, está-se a odiá-la. Por isso, os que negam o valor igual de todos os “modelos familiares” são apresentados muitas vezes como extremistas ou perversos movidos pelo ódio.

Como é lógico, o resultado deste modo de entender as coisas é o encerramento do debate sobre o conceito de família: se não é possível questionar a visão do mundo de uma pessoa ou de um grupo sem que se sintam ofendidos ou odiados, o mais provável é acabar por se estar metido num processo de [“espiral do silêncio”](#). A especialista em opinião pública, Elisabeth Noelle-Neumann, designa assim uma dinâmica na qual os que estão convencidos que as suas ideias são populares numa controvérsia de valores se expressam abertamente, enquanto os que defendem a posição contrária tendem a calar-se. Esta inibição leva a opinião com um apoio explícito a parecer mais forte do que realmente é, e a outra mais fraca. O desenlace deste processo é que um ponto de vista chega “a dominar a cena pública”, mesmo que não seja o mais representativo (Elisabeth Noelle-Neumann, “La espiral del silencio. Opinión pública: nuestra piel social”, Paidós, 1995, p.22).

Ótimos e péssimos familiares

Aos defensores de igualar todas as formas de convivência convém-lhes o relativismo. Por isso, recusam a ideia de uma melhor forma de família, estreitamente unida à de instituição social.

Como explica o sociólogo Enrique Martín López, “um comportamento social ou uma determinada forma de organização das relações sociais institucionalizam-se em resultado de um processo, pelo qual se define, se fixa e se protege em face de outras alternativas, aquilo que uma certa sociedade considera como a melhor forma de realizar, de satisfazer uma determinada necessidade, individual e/ou coletiva, ou de realizar um valor” (Enrique Martín López, “Familia y sociedad. Una introducción a la sociología de la familia”, Rialp/Instituto de Ciencias para la Familia da Universidad de Navarra, 2000, pp. 61-63).

“De entre as diversas formas possíveis de atuar para conseguir um objetivo, a sociedade escolhe uma em concreto, considerando-a como preferencial em relação às outras ou, em caso extremo, conferindo-lhe exclusividade”. Daí que a melhor forma se converta “na medida do normal e do desviado”.

Isto explica porque, embora a família seja uma realidade antropológica, a sua articulação num contexto sociocultural concreto, possa variar. Assim acontece, por exemplo, com o desigual valor que as diversas culturas dão à família nuclear e à família extensa, ou com a distribuição de papéis familiares entre mulheres e homens associado a condições históricas.

“Que uma sociedade considere algo como a ‘melhor forma’ não significa que necessariamente acerte”, acrescenta Martín López. Em geral, uma boa “demonstração empírica do acerto de uma alegada ‘melhor forma institucionalizada’ consistirá no facto dos seus resultados (...) coincidirem com os valores/fins que originaram a sua implementação”.

Pelos mesmos motivos, o também sociólogo José Pérez Adán propõe abandonar os conceitos de família “tradicional” e “moderna”. Na sua opinião, o adjetivo que melhor acompanha o substantivo família é o de “funcional”. Uma família é funcional – afirma – quando “cumpre as funções que a sociedade espera dela”, o que permite distinguir “entre ótimos e péssimos”; entre realidades que devem ser promovidas e outras que devem ser toleradas ou desincentivadas (José Pérez Adán, “Repensar la familia”, Ediciones Internacionales Universitarias, 2005, pp. 74-81).

Para que serve uma instituição

Esta abordagem ajuda a entender como surgiu o modelo matrimonial do Ocidente. “O característico das instituições (...) – defende Francisco J. Contreras, catedrático de Filosofia do Direito na Universidad de Sevilla – é a sua ‘objetividade’: uma instituição não pode ter a estrutura que caprichosamente acordem os participantes nela; a instituição possui sempre regras intrínsecas, uma lógica própria, determinada pelas necessidades sociais a cujo serviço está”. Os traços do casamento são, portanto, “requisitos objetivos da instituição, logicamente deriváveis da função social que cumpre” (Francisco J.

Contreras, “Una teoría sexual-institucional del matrimonio”, em [“Debate sobre el concepto de familia”, CEU Editores, 2013, pp. 63-89](#)).

Através de um processo institucionalizador que dura há séculos, a cultura ocidental reconhece que a heterossexualidade é necessária para assegurar a procriação; que a expressão pública da vontade matrimonial, baseada no consentimento livre, serve para conceder reconhecimento social (a Igreja, além disso, celebra-o como sacramento); que a monogamia permite estabelecer a filiação com grau de certeza e responsabilizar os adultos pelos cuidados e pela educação dos seus filhos; que a vocação de permanência para toda a vida convém à estabilidade dos cônjuges, dos filhos e da sociedade...

Durante os últimos anos, este modelo matrimonial foi sendo esquecido à força no Direito da família ocidental. Rafael Navarro-Valls, catedrático da Faculdade de Direito da Universidad Complutense, alertou para isso há alguns anos: “Depois de esvaziada a nota de estabilidade através do chamado ‘divórcio expresso’, enfraquecida a finalidade procriativa do casamento pela denominada ‘medicalização da sexualidade’ através da pílula, ou alterada a nota de ‘formalidade’ através da desformalização formalizadora em que se instalaram as uniões de facto, sopraram ventos tempestuosos contra a nota de heterossexualidade” (Rafael Navarro-Valls, “El retorno del matrimonio”, em “Del poder y la gloria”, Encuentro, 2004, pp. 221-224).

Ora, é importante sublinhar que este modelo continua muito enraizado na maioria dos casais europeus. Igualmente naqueles países – como os nórdicos – onde a união de facto alcançou percentagens elevadas, o quadro de referência continua a ser a estrutura pai-mãe-filhos. E o mesmo se pode dizer daqueles que prescindiram da diferença de sexos e da referência à procriação, para redefinir o casamento como uma simples relação afetiva.

Diversidade limitada

Um caso paradigmático é a Espanha, que aprovou o casamento *gay* em 2005. Apesar do Tribunal Constitucional [ter avalizado em 2012](#) a lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo, alegando que era possível interpretar a Constituição de uma maneira que se adaptasse “às realidades da vida moderna” (“Aceprensa”, 16.11.2012), a verdade é que os modelos familiares em Espanha continuam a ser bastante tradicionais.

Assim o mostra o [“Encuesta Continua de Hogares”](#), realizado pelo Instituto Nacional de Estadística (INE) com dados de 2016. Dos 11,1 milhões de casais que existem em Espanha, os que contraíram matrimónio representam 85,8 % e as uniões de facto são 14,2 %. É verdade que as uniões de facto têm vindo a aumentar: mais 3,1 % em relação a 2015,

enquanto os que contraíram matrimónio descem 0,2 %. E que os lares monoparentais também estão a crescer (já são 10,7 % do total).

Mas é inútil aspirar a entender a mudança familiar se as pessoas só se fixarem em certos indicadores, como o aumento do divórcio ou das uniões de facto. “Quem dá muita importância aos fenómenos de desintegração ou de decomposição da família – defende o sociólogo italiano Pierpaolo Donati –, dirige a sua atenção apenas para uma parte, e não a maioritária, da população” (Pierpaolo Donati, “Manual de sociología de la familia”, EUNSA, 2003, p. 46).

Outro dado do INE: 99,1 % dos casais em Espanha – casados ou não – são de sexo diferente e somente 0,9 % são homossexuais. No entanto, desde há alguns anos que observamos como o número de pessoas homossexuais nos programas de entretenimento e séries de televisão tem vindo a crescer, ao ponto de estarem [super-representados](#) em relação a outros grupos sociais (“Aceprensa”, 6.6.2011).

Também na Alemanha, que aprovou o casamento *gay* em junho passado, observa-se um padrão semelhante. Como [explica](#) a jornalista Birgit Kelle, é verdade que a percentagem de casais com filhos desceu, enquanto aumentou a de famílias monoparentais (20 %) e a de uniões de facto com filhos (10 %). Todavia, esquece-se que o modelo que alguns deram por “liquidado” continua a ser maioritário: 70 % dos casais contraíram matrimónio e muitos têm filhos.

E se se for além das estatísticas para tentar compreender os comportamentos familiares, veremos algo mais. De entre as famílias monoparentais, diz Kelle, muitas “começaram a sua vida de casal com a ambição de que fosse *para sempre*”. E entre as uniões de facto com filhos, todas – menos as homossexuais – “correspondem também ao esquema pai-mãe-filhos, mesmo que não tenham vínculo matrimonial” [Birgit Kelle, “El ideal familiar: el debate en Alemania, em Francisco J. Contreras (ed.), “La batalla por la familia en Europa”, Editorial Sekotia, 2016 e “Aceprensa”, 15.2.2017].

Segundo as regras da minoria

A Espanha e a Alemanha são dois dos 15 países europeus que legalizaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Outros 13 contemplam alguma forma de união civil para os casais homossexuais, mas não o matrimónio. E 22 não reconhecem nem as uniões civis nem o matrimónio (ver [“Aceprensa”, 14.7.2017](#)).

A visão do casamento como união entre um homem e uma mulher está fortemente enraizada na maior parte da Europa central e oriental, como mostra um [inquérito](#) do Pew Research Center feito a 25 000 adultos de 18 países da região. Em todos, excetuando a República Checa, a maioria da população opõe-se a legalizar os casamentos *gay*. O apoio ao casamen-

to entre pessoas do mesmo sexo é particularmente baixo nos países ex-comunistas de tradição ortodoxa: A Arménia e a Geórgia (apenas o apoiam 3 % da população), Rússia e Moldávia (5 %), Ucrânia (9 %)… Nos de tradição católica, oscila entre o mínimo da Lituânia (12 %) e o máximo da Polónia (32 %). Nos de tradição religiosa mista, também é minoritário: Bósnia (13 %), Letónia (16 %) e Estónia (23 %).

Parece que, pelo menos de momento, a verdadeira revolução familiar na Europa não reside na variedade empírica ou real de formas de convivência, mas no sucesso do ativismo a favor da diversidade como nova “melhor forma” de família. A mudança radical é que, apesar do modelo vivido pela maioria continuar a ser a família de um homem e uma mulher casados e com filhos, “o politicamente correto é celebrar a diversidade, conceder protagonismo ao minoritário, reforçando muitas vezes imagens sociais que respondem pouco à realidade sociológica da vida em casal”, (Julio Iglesias de Ussel [dir.], Pau Mari-Klose, Margarita Mari-Klose e Pedro González Blasco [coords.], “Matrimonios y parejas jóvenes. España 2009”, Cuadernos de la Fundación SM, n.º 16, Madrid, 2009).

J. M.

Repensar a diversidade familiar

Enquanto a ideia de uma melhor forma de família é impopular, a de diversidade ganha prestígio.

Num contexto onde é dada prioridade à experiência subjetiva relativamente a considerações de outro tipo, as ofertas “pele menu” podem tornar-se mais atrativas do que os menus fechados. Daí a dificuldade atual para entender o casamento como uma instituição com traços fixos, orientados para metas sociais.

O triunfo do subjetivo perante o institucional adequa-se ao ideal da diversidade, um dos mantras que se usaram para equiparar todas as formas de convivência. Se não há [uma melhor forma de família](#) no espaço público, é mais fácil legitimar todos os estilos de vida.

Aqui convém desfazer dois equívocos. O primeiro é pressupor que o novo ideal da diversidade familiar garante automaticamente o pluralismo de estilos de vida e de visões sobre a família. Difícilmente pode haver variedade se os defensores do casamento entre homem e mulher são catalogados como “homofóbicos” ou alvo de censura.

O segundo é dar por adquirido que a diversidade familiar é neutral. Quando uma sociedade decide equiparar todas as formas de convivência, toma partido por uma visão da família e, conseqüentemente, orientará o direito e a política social nessa direção. Não há um espaço público neutral: existe sempre uma melhor forma de família que compete em recursos, proteção e estima social com as restantes alternativas.

Por isso, a inibição do debate sobre o conceito de família tão-pouco é neutral. O respeito para com os que pensam de forma diferente, [afirma](#) Jonathan Sacks, ex-rabino chefe do Reino Unido, “não deve inibir-nos de defender a instituição mais humanizadora da história. A família formada por homem, mulher e filhos não é uma opção de estilo de vida entre muitos. É o melhor meio que descobrimos para educar as futuras gerações e para que as crianças cresçam dentro de uma matriz de estabilidade e de amor” (“Aceprensa”, 21.11.2014).

Palavra talismã

Enquanto que a visão da família como instituição social está a cair em desuso, a diversidade continua a aumentar o seu prestígio ao ponto de se ter convertido numa “palavra talismã”, como as denomina Alfonso López Quintás para se referir às suas propriedades mágicas.

O perigoso destes termos de poder fascinante – explica no seu livro “La palabra manipulada” (Rialp, 2015) – é que, à força de não serem questionados, de não se refletir sobre eles, conseguem escapar a qualquer escrutínio: estão na boca de todos, mas poucos se detêm para os estudar com atenção. A repetição acrítica das palavras talismã e das ideias associadas a elas cristalizam em crenças intocáveis.

Para tirar a estas palavras “o seu peculiar feitiço”, López Quintás propõe examinar-lhes os seus diversos sentidos. Aos que dão por adquirido o valor destes termos, deve exigir-se o mesmo esforço de reflexão crítica e perguntar-lhes, com “insistência socrática”, o que querem dizer com elas.

Daí que, de cada vez que alguém diga que uma determinada medida política contribui para a diversidade, deve ser perguntado se realmente constitui um benefício para todos os afetados e para a sociedade. É o que faz Nathan Hitchens, coautor de [“You’ve Been Framed”](#) (“Aceprensa”, 11.9.2013). Em vez de assumir que o casamento entre pessoas do mesmo sexo é bom para a diversidade, coloca-se na perspetiva dos filhos e dá a volta ao argumento: “Os adotados por esses casais ficarão sem a oportunidade de se relacionarem com um pai e uma mãe. Por isso, o casamento tradicional respeita melhor a diversidade”.

J. M.